

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº de 2019

(Do Senhor Deputado LEONARDO MONTEIRO)

*Requer a realização de Seminário
“Agroecologia e Democracia Unindo
Campo e Cidade”.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizado o Seminário “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”, para debate dos desafios da agricultura, do meio ambiente e da segurança alimentar no Brasil, bem como para avaliação do estágio de implementação das políticas públicas e determinações legais relacionadas a este setor, sendo convidados para as Mesas de Debates os representantes de entidades da sociedade civil, como a ANA - Articulação Nacional de Agroecologia e a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, além de centros de formação, autoridades e órgãos públicos.

JUSTIFICAÇÃO

A Agroecologia é a forma de se praticar a agricultura preservando o meio ambiente, respeitando a terra e o pequeno produtor rural, além de levar alimentos mais saudáveis para a mesa do consumidor.

Ela não utiliza agrotóxicos, insumos e produtos que matam os organismos vivos do solo, que contaminam a água, prejudicando também seres vivos que compõem este ecossistema. Pelo contrário, a agroecologia aprende

com a própria natureza seus segredos de como sobreviver mesmo em condições cada vez menos favoráveis.

A agroecologia está ligada a uma filosofia e uma prática de respeito não apenas com o meio ambiente, mas também entre os seres humanos. Por isso, quem pratica sistemas agroecológicos tem como premissa pensar no coletivo e não apenas no individual; prioriza a atividade familiar e não a agricultura ostensiva.

Longe de ser apenas uma filosofia e uma prática residuais, a agroecologia tem se ampliado cada dia mais no mundo e no Brasil. Para se ter ideia da importância dela, países como a Dinamarca caminham para ter uma produção 100% orgânica, uma forma de agricultura ecológica.

No Brasil, um forte movimento de entidades locais e regionais se articula em redes a nível nacional, engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente, a ANA - Articulação Nacional de Agroecologia reúne vinte e três redes estaduais e regionais, que congregam milhares de produtores, centenas de grupos, associações e organizações não governamentais do país, além de variados movimentos sociais.

Outra importante iniciativa do setor foi a constituição da ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, formada por professores, profissionais e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, que vem realizando e apoiando ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico.

Embora com dificuldades advindas principalmente da prioridade dada atualmente ao agronegócio e aos agrotóxicos, este grande movimento da cidadania nacional não só produz alimentos saudáveis, como tem propostas concretas de desenvolvimento e de políticas públicas para um Brasil mais nutrido, mais forte e mais saudável. Várias unidades produtoras e experiências se encontram em acelerado crescimento, em milhares de pequenas iniciativas. Cabe destacar também a atuação do setor nos espaços de construção de políticas públicas construídos durante os governos dos presidentes Lula e Dilma, como na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

E há também, criados pelo movimento, espaços de intercâmbio de experiências e de formulação de propostas e negociação de políticas públicas, permanentemente abertos à participação de interessados (as), como os grupos de Biodiversidade, Mulheres, Assistência Técnica, Extensão Rural e Agricultura Urbana.

A presente proposta de Seminário pretende reunir toda esta rica diversidade que vem das cidades e rincões do Brasil, a fim de contribuir para o

fortalecimento destas políticas, bem como avaliar a melhor forma dos poderes públicos continuarem apoiando-as.

Assim, solicitamos o concurso dos demais pares, para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2019

LEONARDO MONTEIRO
DEPUTADO FEDERAL PT/MG